

DALIN, David. G. *O mito do papa de Hitler*. São Paulo: Quadrante, 2019, 229 p. ISBN: 978-85-549-9133-3.

Nos últimos anos uma onda revisionista conservadora se empenha em desmontar o discurso *politicamente correto* nos estudos acadêmicos e reportagens jornalísticas. A obra que me proponho a analisar se encaixa nesse movimento. O presente livro foi publicado originalmente em 2005, nos Estados Unidos. O Autor, um rabino, tratou da mais bem montada *fake news* da história, a saber: a acusação de que o Papa Pio XII (1939-1958) teria sido antissemita e aberto patrocinador da perseguição e morte dos judeus durante a *Shoah*, o holocausto perpetrado pelos nazistas. Essa hipótese é o ponto de partida para demonstrar que a lenda negra em torno da figura do Papa Pio XII está errada, e que essa campanha é apenas parte de um processo maior de desmonte da cultura religiosa ocidental.

Logo na apresentação o Autor comenta: “[A] batalha em torno da reputação do Papa Pio XII é uma das mais relevantes dentre as que se desenrolam no âmbito da guerra cultural. Um número cada vez maior de intelectuais progressistas deseja denegrir não apenas o catolicismo, como também o cristianismo e até o judaísmo” (p. 10). Em suma, para Dalin, o que hoje chamamos de “narrativas” serve apenas para defender interesses da parte dos que atacam: “É preciso repudiar esse sequestro do Holocausto. É preciso

restaurar a verdade sobre o Papa Pio XII (a verdade que os grandes meios de comunicação placidamente ignoram, ao mesmo tempo que transformam maus livros de história em sucessos editoriais). É preciso mostrar que a guerra contra a verdade (uma guerra dentro da qual se insere a controvérsia em torno do papa) é um ataque à instituição da Igreja Católica e à religião” (p. 11).

Na defesa de Pio XII, Dalin vai além e propõe que o papa seja reconhecido como *justo entre as nações*, um título honorífico dado a todos aqueles que se destacaram na defesa dos judeus perseguidos pelo antissemitismo.

Corajosamente, Dalin afirma que: “Pio XII ‘teve papel fundamental no salvamento de pelo menos 700 mil – e provavelmente até mais de 860 mil – judeus da morte certa nas mãos dos nazistas’” (p. 21).

No capítulo primeiro, Dalin revisita a história do relacionamento entre judeus e cristãos na Antiguidade e na Idade Média, e lembra que o papado se colocou na defesa dos judeus, argumentando que a defesa dos judeus pelos papas Pio XI e Pio XII nada mais era que a continuidade de uma tradição milenar que remontava à Idade Média.

No seguinte capítulo Dalin passa a tratar da vida de Eugênio Pacelli, futuro Papa Pio XII. Foi ele desde a infância preparado para ser diplomata e

servidor do papado. Após sua ordenação presbiteral e episcopal, Pacelli assumiu o cargo de nuncio apostólico na Alemanha, período na vida do futuro papa que seus críticos utilizam para atacá-lo. Mas neste ponto, Dalin tece questionamentos muito acertados: “Porque Pacelli nunca esteve com Hitler? Pacelli jamais falou ou esteve com Hitler – nem durante as negociações da Concordata do Reich, nem na época em que foi nuncio papal, nem depois que se tornou papa. Durante a famosa visita de Hitler a Roma em 1938, Pacelli (juntamente com Pio XI) esnobou os nazistas de maneira bastante pública, não quis se encontrar com o fúhrer e saiu de Roma para ir à casa de veraneio papal em Castel Gandolfo. Ninguém acusa Neville Chamberlain de ter sido o ‘primeiro-ministro de Hitler’ por causa do Acordo de Munique; da mesma forma, não é justo chamar Eugênio Pacelli de ‘papa de Hitler’ por ele ter tentado proteger os direitos dos católicos contra um regime perigoso que o próprio Pacelli desprezava” (p. 83).

Dalin também recorda que Hitler planejava sequestrar o Papa Pio XII, assim como, mais de um século antes, Napoleão Bonaparte havia aprisionado dois papas (Pio VI e Pio VII) (p. 100). Um autor que discorreu longamente sobre o plano de sequestro do Papa Pio XII por Adolf Hitler foi o jornalista Robert Serrou no livro *Pio XII: el papa-rey*. (Palabra: Madrid, 1997).

Pio XII nunca demonstrou o menor interesse em conhecer Hitler, quanto

mais em colaborar com ele. Mas, e os silêncios do Papa Pio XII? Por que o Papado não se pronunciou de forma constante e veemente contra o nazismo hitleriano? Dalin também responde a essa objeção com argumentos simples, porém precisos: “[O] que poderia ter sido pior que o assassinato em massa de seis milhões de judeus? A isso, responde-se: o assassinato de mais algumas centenas de milhares de judeus. O Papa Pio XII sabia que suas palavras não seriam capazes de acabar com o Holocausto. Ele mediu suas palavras para não pôr em risco vidas que ainda poderiam ser salvas” (p. 105).

Esse argumento, um dos principais esgrimidos pelos inimigos de Pio XII, pode hoje soar como fraqueza de caráter. Mas não podemos nos esquecer que há situações onde isso não é possível nem mesmo recomendável. Outro autor, identificado com a Igreja progressista e nada comprometido com o conservadorismo, comentou: “Quando confrontado por um adversário disposto a usar violência e perseguição, o Vaticano fica em uma posição especialmente fraca. O Vaticano pode denunciar o governo por sua perseguição, mas isso pode piorar as coisas” (REESE, Thomas J. *O Vaticano por dentro: a política e a organização da Igreja Católica*. Bauru-SP: EDUSC, 1998, p. 362).

Mas Pio XII não se limitou às palavras. Em 1943, o ditador italiano Benito Mussolini foi deposto e Hitler ordenou

a invasão da Itália. Consequentemente começaram as prisões e as deportações de judeus para os campos de concentração. O Papa ordenou que conventos, prédios e até mesmo bibliotecas abrigassem os fugitivos: “A partir de outubro de 1943, o Papa Pio XII pediu a igrejas e conventos de toda a Itália que oferecessem abrigo aos judeus. Em Roma, 155 conventos e mosteiros abrigaram aproximadamente cinco mil judeus durante a ocupação alemã, desafiando os fascistas de Mussolini e os nazistas. Três mil judeus encontraram refúgio em Castel Gandolfo, residência de veraneio do papa. Sessenta judeus viveram por nove meses na Universidade Gregoriana, e muitos foram abrigados no porão do Pontifício Instituto Bíblico. O próprio Papa Pio XII concedeu refúgio dentro das paredes do Vaticano a centenas de judeus que não tinham para onde ir” (p. 108).

A partir desse ponto, o rabino Dalin nos apresenta os testemunhos de pessoas que reconheceram o papel de Pio XII para salvar os judeus. Entre muitos, Albert Einstein: “Apenas a Igreja Católica se opôs de maneira inflexível à campanha hitleriana de supressão da verdade. Eu nunca tivera qualquer interesse especial pela Igreja, mas agora sinto por ela grande afeição e admiração, pois a Igreja teve, sozinha, a coragem e a persistência para defender a verdade intelectual e a liberdade moral. Sou forçado, portanto, a confessar: aquilo que eu um dia desprezei, hoje eu enalteço sem nenhuma reserva” (p. 129).

Desqualificar documentos e estudiosos que afirmam que Pio XII ajudou os judeus durante a Segunda Guerra Mundial só beneficia quem nega a verdade histórica, abrindo uma brecha perigosa de manipulação da verdade: “Negligenciar e deslegitimar a gratidão coletiva que os judeus têm por Pio XII equivale a negar a credibilidade do testemunho e do julgamento pessoal desses judeus no que diz respeito ao próprio Holocausto. Negar e deslegitimar a memória e a experiência coletiva que esses judeus têm do Holocausto, como faz Zuccotti, é envolver-se – de forma sutil, porém profunda – em teorias de negação do Holocausto. [...] Questionar e atacar a motivação e a credibilidade de líderes e acadêmicos judeus, tomados em conjunto, simplesmente pelo fato de eles serem judeus alinhados com o Estado de Israel, é especialmente lastimável e preocupante. Considerando-se a história recente, é também uma irresponsabilidade do ponto de vista intelectual” (p. 134-135).

Por fim, Dalin conclui que: “Os críticos do papa Pio XII varrem para debaixo do tapete as declarações de capelães judeus, dos sobreviventes do Holocausto e dos protetores católicos. Preferem seus próprios preconceitos ideológicos a testemunhos em primeira mão. Preferem privar as futuras gerações do acesso a uma memória histórica mais precisa sobre o Holocausto” (p. 140).

Nas palavras de Dalin: o anticatolicismo virulento é o antissemitismo dos intelectuais de hoje. Em contraponto ao Papa Pio XII, Dalin nos apresenta um religioso que de fato apoiou a perseguição aos judeus durante os anos da Segunda Guerra Mundial: o Grão-Mufti de Jerusalém, Amin al-Husayni. Para Dalin o fato de a mídia internacional referir-se negativamente ao Papa Pio XII e não ao Grão-Mufti é significativo das “guerras culturais” com suas narrativas e discursos montados ou não contra a cultura ocidental e o judaísmo ortodoxo e a favor dos palestinos e dos alinhados com uma “nova ordem mundial”.

A primeira vez que encontrei uma referência, ainda que vaga, sobre divisões muçulmanas das Waffen SS foi na reportagem/história em quadrinhos de Joe Sacco, Área de segurança Gorazde [SACCO, Joe. Área de segurança Gorazde: a guerra na Bósnia Oriental (1992-1995). São Paulo: Conrad: 2001, p. 22]. Segundo Dalin, o apoio do grão-mufti ao nazi-fascismo fazia parte de um plano maior para combate e impedimento da implantação do Estado de Israel na Palestina, profundamente imbuído de antissemitismo. O fato da mídia defender uma vertente e esquecer a outra ou simplesmente demonizá-la é muito ruim para a objetividade histórica.

Dalin fecha suas argumentações afirmando que os ataques ao Papa Pio XII apenas servem de pano de fundo

para os ataques sistemáticos ao papado da época da publicação do seu livro, o pontificado do Papa João Paulo II (1978-2005). Para Dalin a estratégia é clara: ao atacar Pio XII, o papado de João Paulo II ficava exposto a críticas, pois predisponha o leitor a ver negativamente ora um, ora outro (p. 185). Dalin vai mais além e afirma que: “Assim como esses antissemitas islâmicos são herdeiros espirituais do grão-mufti de Jerusalém, o Papa João Paulo II é o herdeiro espiritual do Papa Pio XII”.

“Os críticos progressistas do papa que se apressaram em condenar o suposto antissemitismo de Pio XII e João Paulo II levaram muito mais tempo para condenar a violência e o terrorismo antissemita – estes, sim, reais e muito bem documentados – tanto em Israel como na França. Na verdade, os críticos liberais mal condenaram essas práticas antissemitas. Pode-se pesquisar detalhadamente a extensa produção escrita recente de Goldhagen, Carroll, Wills e Cornwell sem que se encontre nenhuma crítica à violência e ao terrorismo antissemita de viés islâmico” (p. 186).

Assim, “em 2005 [época da publicação do livro], as coisas são como eram nos anos 1930 e 1940: o papado era e ainda é uma instituição amiga do povo judeu. Aqueles que negam isso negam também a história, e fazem ainda pior: ajudam a disfarçar o verdadeiro mal antissemita dos nossos tempos” (p. 189).

O grande mérito do rabino David G. Dalin em *O mito do papa de Hitler* foi o de ter ido e lido as fontes, as obras secundárias dos pesquisadores favoráveis ou não a Pio XII, e de ter escrito sua visão do papado de Eugênio Pacelli com erudição e fundamentação, algo cada dia mais raro em nossos dias. A objetividade da pesquisa histórica se atinge com pesquisas

bem fundamentadas teoricamente e documentalmente ao longo dos anos. Dalin nos lembra que apenas com o acúmulo de pesquisas sobre os mais diversos temas, a história, como ciência do passado, atingirá sua maturidade.

Edison Minami

(Doutor em História pela USP)

**REICHBERG, Gregory M. *Thomas Aquinas on War and Peace*.
Cambridge: Cambridge University Press, 2017, xxi+302p.
ISBN: 978-1-107-01990-4.**

Gregory M. Reichberg é professor no Peace Research Institute Oslo (PRIO) e autor de vários volumes ligados ao tema da obra, focada em artigos anteriormente publicados, mas aqui reescritos e colocados em certa ordem. Nesse sentido, seria desejável que o Autor inserisse uma conclusão geral ou ao menos um epílogo para arrematar o livro.

O prefácio indica os principais autores citados, bem como a divisão geral e breve exposição de cada capítulo. De início, a introdução dá a chave da obra, citando o general americano Douglas MacArthur (1880-1964), que asseverava que a preservação da paz era um problema basicamente “teológico” (p. 1).

O livro se enquadra certamente na tradicional abordagem acerca da guerra justa, mas também encontramos questões como o direito internacional de convivência pacífica entre as nações, cujas linhas mestras já se encontram na

teoria tomista do *ius gentium* (direito dos povos).

O conceito de paz para São Tomás é “multifacetado”. Refere-se à paz de Deus, à *psyche* de um indivíduo e pode ser aplicado também a entidades (religiosas ou seculares). Há ainda diversos modos de paz e até a “falsa paz” dos malfeitores (pois é apenas aparente). Ora, a guerra se configura como um dos “pecados contra a paz” (*S. Th.*, II-II, q. 37-42), isto é, uma “violência empreendida por uma ‘multidão’ (a força de combate de um povo ou nação) contra outra, em contraste com a sedição [i.e. guerra intestina]” (p. 4). Nesse contexto, uma das definições de paz seria a “amizade entre as nações”. Já para os gregos, a paz seria a condição normativa da humanidade, e para Cícero existiria até uma “lei da natureza” que uniria os povos.

Na Idade Média se desenha ainda a questão religiosa. Para o canonista Henrique de Suso (Hostiensis), a